



REPUBLICAÇÃO
CONVITE Nº 05/2015

Processo Administrativo Nº4999/2015

O **MUNICÍPIO DE SÃO SIMÃO** por intermédio da **Comissão Permanente de Licitação de São Simão/GO**, instituída pelo Decreto nº 175/2014, torna público que será realizada no dia **14 de julho de 2015, às 09h**, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, sito a Praça Cívica, Centro, São Simão-GO, a abertura da licitação sob a modalidade **Convite**, do tipo menor preço, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/93.

Os envelopes dos documentos de habilitação e das propostas de preços das licitantes serão recebidos no endereço, dia e hora acima determinados, pela Comissão Permanente de Licitação.

A presente Licitação é regida pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, as disposições do presente Edital, bem como as demais normas aplicáveis à espécie, cuja modalidade de licitação será **CONVITE – Tipo: MENOR VALOR GLOBAL, estimado em R\$ 30.700,00 (trinta mil e setecentos reais)** consoante as condições estatuídas neste Edital e seus anexos, pertencentes ao Processo Administrativo nº 4999/2015, oriundo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 A presente licitação tem por objeto a ***Contratação de empresa para elaboração do estudo de Vazão e Autodepuração do Rio Paranaíba e ecotoxicidade no ambiente impactado próximo a estação de tratamento de esgoto do município***, visando atender a notificação DOC. 8202/2015 da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás, e ainda conforme especificações do Termo de Referência em anexo.

1.2 Integram o presente Edital os seguintes ANEXOS:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Procuração para Credenciamento;

ANEXO III – Modelo de Declaração de Enquadramento em regime de tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (*na hipótese da licitante ser uma ME ou EPP*);

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes;

ANEXO V- Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO VI – Modelo de Declaração que não emprega Menor;

ANEXOS VII - Minuta do Contrato Administrativo.

ANEXO VIII – Modelo de Protocolo de entrega do Convite

2. DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

2.1 O representante da licitante será o único admitido a intervir nas fases da Licitação.



2.2 A legitimidade da representação será demonstrada por um dos seguintes documentos, em original ou por cópia autenticada, no seu prazo de validade e na abrangência do seu objeto, acompanhados de cédula de identidade ou outro documento de identificação de fé pública do representante:

2.2.1 Para o Credenciamento Pessoa Jurídica:

- a) instrumento público de mandato; ou
- b) instrumento particular de mandato, assinado pelo representante legal da licitante com firma reconhecida em cartório; e
- c) documento de constituição da sociedade, quando se tratar de representante legal, que comprove essa qualidade.
- d) Cartão CNPJ;

3. DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

3.1 No dia, hora e local designados neste CONVITE a Comissão Permanente de Licitação receberá, em envelopes distintos e devidamente lacrados, os Documentos exigidos para Habilitação (Envelope A) e a Proposta de Preço (Envelope B). Os envelopes deverão indicar o número deste CONVITE e conter, respectivamente, as indicações "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA DE PREÇO", sugerindo-se constar as seguintes descrições:

CONVITE 05/2015 ENVELOPE "A" DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL/NOME DA LICITANTE
CPF/CNPJ:.....
ENDEREÇO:.....
FONE/FAX:.....

CONVITE 05/2015 ENVELOPE "B" PROPOSTA DE PREÇO
RAZÃO SOCIAL/NOME DA LICITANTE
CPF/CNPJ:.....
ENDEREÇO:.....
FONE/FAX:.....

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas fora do prazo estabelecido neste EDITAL.

3.3 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo a documentação de habilitação, na forma da Lei nº 8.666/93. Caso a Comissão julgue necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos e julgar a habilitação, marcando nova data e horário em que voltará a reunir-se.

3.4 Ocorrendo a hipótese prevista no Item 3.3, todos os documentos e os envelopes contendo as propostas, devidamente lacrados, deverão ser rubricados pelos membros da Comissão e licitantes presentes, ficando em poder da Comissão até que seja julgada a habilitação.

3.5 A Comissão manterá em seu poder as propostas das licitantes inabilitadas, com os envelopes devidamente rubricados e lacrados. Após a decisão dos recursos eventualmente interpostos ou após a desistência em interpor os mesmos, expressa em



Ata assinada pelos licitantes, serão abertas as propostas das empresas habilitadas, que serão rubricadas pela Comissão e pelas licitantes presentes. As propostas das licitantes inabilitadas serão devolvidas após o encerramento da sessão.

3.6 As licitantes assinarão a lista de presença, passando, as consideradas habilitadas, a ter direito de tomar parte nos demais atos deste CONVITE.

3.7 Da reunião para recebimento e julgamento dos documentos de habilitação e propostas, serão lavradas atas circunstanciadas que mencionarão todas as licitantes, as propostas apresentadas, as reclamações e impugnações feitas e as demais ocorrências que interessarem ao julgamento desta Licitação, devendo as atas ser assinadas pelos membros da Comissão e por todos os licitantes presentes.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1 A habilitação será demonstrada pelos documentos relacionados nos itens abaixo, **em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.** A autenticação por servidor da Administração deverá ser feita até o dia anterior da licitação, na sala da Comissão Permanente de Licitação, não sendo permitido autenticação no momento do certame.

4.2 A Comissão verificará na abertura da licitação, a **habilitação jurídica** da licitante, que será demonstrada pelos seguintes documentos:

- I – Documento de Identidade;
- II – Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- IV – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.3 A **habilitação fiscal/econômica** da pessoa jurídica será exteriorizada pelos documentos abaixo relacionados:

- I – Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** (CNPJ);
- II – **Prova de inscrição** no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III – Prova de regularidade com a **Fazenda Federal** (Certidão Negativa da Receita Federal e da Dívida Ativa da União), **Estadual** (Certidão Negativa de Débitos relativa ao ICMS) e **Municipal** (Certidão Negativa de Débitos) do domicílio ou sede do licitante e do Município de São Simão, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV – Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- V – Prova de Regularidade com **Ministério do Trabalho** (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);



4.5 É obrigatória a apresentação de:

I – **Declaração** comprovando que em seu quadro de pessoal não existe menor de 18 anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em conformidade com a legislação vigente (Anexo IV).

II – **Declaração** expressa da licitante de não ter recebido da Prefeitura Municipal de São Simão ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta em âmbito Federal, Estadual e Municipal, **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a Administração Pública, assim como não ter recebido declaração de **INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal (Anexo V).

III - Certidão de Registro e Regularidade da empresa licitante e de seus responsáveis técnicos no CREA, – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CRQ - Conselho Regional de Química, Crbio - Conselho Regional de Biologia, com jurisdição sobre o domicílio da sede da licitante:

a) **Capacitação técnico-profissional** cuja comprovação se fará através da licitante possuir em seu quadro permanente, na data de abertura desta licitação, responsáveis técnicos, dentro das atribuições profissionais inerentes ao objeto deste Edital, detentor(es) de atestado(s) e/ou Certidão(ões) de Responsabilidade Técnica, emitidos em qualquer caso devidamente certificado pelo CREA, – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CRQ - Conselho Regional de Química, Crbio - Conselho Regional de Biologia, de características pertinentes com o objeto desta licitação.

a.1) Os atestados exigidos só serão aceitos se os responsáveis técnicos acima indicados pertencerem ao quadro permanente do licitante, na data prevista para seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto; ou administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em carteira de trabalho e previdência social; e o prestador de serviços com contrato firmado com o licitante, e será comprovado mediante Certidão de Registro e Regularidade da empresa junto ao CREA, – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CRQ - Conselho Regional de Química, Crbio - Conselho Regional de Biologia, com jurisdição da sede da licitante, ocasião em que o profissional constante da certidão acima, detentor do acervo técnico será obrigatoriamente o responsável técnico pelos serviços objeto desta licitação.

b) **Capacitação técnico-operacional** cuja comprovação se fará através de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprovem aptidão da licitante para o desempenho de atividades compatíveis e pertinentes em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.



4.6 Todas as provas de regularidade e certidões exigidas que não constarem o prazo de validade ou data de vencimento, serão consideradas vencidas 60 (sessenta) dias após sua emissão.

4.7 Serão inabilitadas as empresas que apresentarem em desacordo os documentos necessários à habilitação, bem como as empresas que estiverem sob processo de falência e as que estiverem cumprindo as penalidades previstas nos Incisos III e IV do Art. 87 da Lei n. 8.666/93.

4.8 Os documentos apresentados por qualquer licitante, se expressos em língua estrangeira, deverão ser traduzidos para o português por tradutor público juramentado e autenticados por autoridade brasileira no país de origem.

4.9 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação adjudicar o objeto do certame à proponente vencedora;

4.10 As microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas no art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (**art. 43, caput da Lei Complementar no 123/2006**). Apresentar Declaração de Enquadramento como Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte (Anexo VI).

4.11 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, quando requerido pelo licitante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, exceto nos casos de urgência na contratação ou de prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados no processo (**art. 43, §1º da Lei Complementar n.º 123/2006 e art. 4, §§ 1º e 3º do Decreto n.º 6.204, de 5.9.2007**).

4.12 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 4.10, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21.06.1993, sendo facultado a Prefeitura Municipal de São Simão convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação (**art. 43, § 2º da Lei Complementar n.º 123/2006 e art. 4º, § 4º do Decreto n. 6.204, de 5.9.2007**).

5. DA PROPOSTA

5.1 A proposta deverá ser digitada e apresentada sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Suas folhas devem estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, devendo constar:

- a) Ser apresentada em **01(uma) via**, em papel timbrado, em língua portuguesa, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, contendo especificação dos valores referentes a



mão-de-obra e de material, assinadas na última folha, **rubricadas nas demais pelo responsável técnico da empresa, detentor da Certidão de Acervo Técnico (CAT)**, e entregues no local, em dia e hora determinados neste Edital.

- b) Conter o prazo para execução dos serviços, que não deverá exceder a 60 (sessenta) dias, contados a partir da ordem de serviço.
- c) Valor Total, em algarismo arábicos e por extenso, prevalecendo o último em caso de divergência.

5.2. O preço total do serviço, constante da proposta, deverá englobar, além daquelas explicitadas neste Edital, todas as despesas com materiais, equipamentos, mão-de-obra, transporte, ferramentas, encargos sociais, previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais, seguros, tributos incidentes e quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, geradas para a execução dos serviços especificados neste Edital.

5.3 A simples participação neste certame implica:

- a) A aceitação de todas as condições estabelecidas neste CONVITE;
- b) A inclusão na proposta das parcelas de quaisquer naturezas, diretas ou indiretas, pertinentes à formação do preço do serviço e que, se vencedora, a licitante executá-los-á pelo valor resultante da sua proposta;
- c) Que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para sua abertura, o qual, se maior, deverá ser explicitado na proposta.

5.4 Decairá do direito de impugnar os termos deste EDITAL perante a Administração da Prefeitura Municipal de São Simão, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, quanto às falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários a execução do objeto serão consignados no exercício financeiro de 2015 sob a seguinte dotação orçamentária:

01.11.18.122.1828.2.0032 - Manutenção da Superintendência de Meio Ambiente – 3.3.90.39 – outros serviços pessoa jurídica – Fonte:100 / Ficha: 316

7 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

7.1 No julgamento das propostas será considerado vencedor o proponente que satisfizer o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atenda às especificações constantes neste CONVITE e anexos.

7.1.1 - Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte; entendendo-se por empate aquelas



situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada (artigo 44, §§ 1º e 2º da LC 123/2006).

7.2 O serviço, objeto deste EDITAL, será adjudicado à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

7.3 Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas será observado o disposto no § 2º do art. 45 da Lei n. 8.666/93.

7.4 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste EDITAL e anexos, bem como aquelas que apresentarem valor global superior ao limite estabelecido ou manifestamente inexequíveis.

7.5 Se todas as licitantes forem inabilitadas ou se todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá dar um prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas da inabilitação ou desclassificação.

7.6 Decididos os recursos eventualmente interpostos, ou na hipótese de renúncia à apresentação dos mesmos, lavrada em ata, será o resultado da licitação submetido ao Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à proposta vencedora.

7.7 A adjudicação será feita na totalidade do objeto licitado, **considerando-se o menor preço global**, desde que atenda às especificações constantes neste Edital e respectivos Anexos.

7.8 Após a homologação da Licitação, o Prefeito Municipal, convocará a adjudicatária para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente.

7.9 O resultado desta Licitação será comunicado às licitantes no local da reunião, no mesmo dia ou noutro previamente definido ou, caso não estejam todos presentes, será efetuado mediante publicação no átrio das dependências da Prefeitura Municipal de São Simão e nos mesmos meios de publicação do Edital.

8 – DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

8.2 Em conformidade com o estabelecido nos Artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93, a licitante vencedora que descumprir as condições deste EDITAL, ficará sujeita às seguintes penalidades:



- I. Pelo atraso injustificado, multa de mora de até 10% (dez por cento) sobre a parcela não adimplida, a juízo da Administração;
- II. Pela inexecução total ou parcial das condições deste EDITAL, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:
 - a. Advertência;
 - b. Multa de até 10% (dez por cento) sobre a parcela não adimplida, a juízo da Administração;
 - c. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3 Ocorrendo a hipótese prevista no Item 8.1, o objeto da presente Licitação poderá ser adjudicado às licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, inclusive quanto a preço e prazo.

9 – DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 Fica expressamente estabelecido que o preço contratado incluem os custos diretos e indiretos para a completa prestação dos serviços ora licitados.

9.2 Os serviços objeto deste Edital, serão pagos pelos preços constantes da Proposta de Preços aprovada pelo órgão competente atendidas as disposições técnicas e legais referentes ao objeto deste instrumento, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega dos referidos projetos.

9.3 O prazo de pagamento referido no item anterior, ficará suspenso na ocorrência de erros ou qualquer outra irregularidade nas faturas apresentadas, somente voltando a fluir após efetuadas as devidas correções.

9.4 – Para fins de pagamento será solicitada à apresentação das certidões negativas de débito relativas ao FGTS, trabalhista, Municipal, Estadual e Federal.

9.5 – Os pagamentos ficarão condicionados às retenções estipuladas na legislação previdenciária.

9.6 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

9.7 Os pagamentos obedecerão ao cronograma físico-financeiro de acordo com o cronograma de execução abaixo:

Etapa 01 – Concepção dos Estudos Técnicos

- Revisão de dados secundários;



- Elaboração do escopo de monitoramento;
- Prazo de 05 dias

Etapa 02 – Amostragens e Relatórios com as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs

- Execução das campanhas de monitoramento;
- Emissão dos laudos laboratoriais;
- Elaboração de relatórios técnicos;
- Prazo de 35 dias

Etapa 03 – Conclusão dos Estudos Técnicos com as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs

- Apresentação do estudo de autodepuração do Rio Paranaíba;
- Apresentação do estudo de ecotoxicidade do Rio Paranaíba;
- Prazo de 20 dias

Formas de Pagamento

Os pagamentos dos serviços serão realizados em três etapas, conforme descrito no cronograma de execução. Sendo a distribuição dos valores pagos apresentado nas porcentagens abaixo.

30% do contrato pago na etapa 01.

30% do contrato pago na etapa 02.

40% do contrato paga na etapa 03.

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O presente Edital estará à disposição dos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal, situada na Praça Cívica nº 01, centro, São Simão/GO e no site da Prefeitura Municipal de São Simão, no endereço <http://saosimao.go.gov.br/>

10.2 A simples participação nesta Licitação implica ter a licitante examinado cuidadosamente seu objeto e se inteirado acerca dos diversos aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução do objeto licitado, aceitando integral e



irretratavelmente, todos os termos e condições deste Edital, bem como os regulamentos administrativos e normas gerais e especiais aplicáveis.

10.3 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documento relativo ao presente CONVITE.

10.4 A presente Licitação poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou, anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

10.5 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas serão dirimidos pela Comissão Permanente de Licitação.

São Simão/GO, 30 de junho de 2015

RODRIGO CARDOSO DE PAIVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



CONVITE 05/2015
Processo Administrativo nº 4999/2015

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1) OBJETIVO

Contratação de empresa para elaboração do estudo de Vazão e Autodepuração do Rio Paranaíba e ecotoxicidade no ambiente impactado próximo a estação de tratamento de esgoto do município, conforme notificação DOC. 8202/2015 da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás.

1.1) Prazo para elaboração do estudo

- a) O início dos estudos será através de ordem de serviço, conforme solicitação da Diretoria Técnica da *Contratante*.
- b) O prazo para execução dos serviços será de 60 dias.

2) APLICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Tratamento de Esgoto ETE do município. Pós tratamento do efluente tratado lançado no Rio Paranaíba.

3) ESCOPO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 – Levantamento técnico

Visita técnica a referida ETE para verificação dos pontos de monitoramento e levantamento de dados secundários para o planejamento e concepção dos estudos técnicos.

3.2 – Caracterização laboratorial

Elaboração de escopo de coleta e análises;
Execução das campanhas de amostragem;
Identificação e avaliação dos resultados;

3.3 – Elaboração de relatórios

Relatórios técnicos trimestrais com os resultados dos estudos realizados. Os relatórios são sequenciais durante o período chuvoso e de seca. Intermediação técnica junto à SUMMA – Superintendência de Meio Ambiente de São Simão.



3.4 – Estudo de Autodepuração

Elaboração de estudo técnico de autodepuração do Rio Paranaíba para avaliação do seu comportamento como corpo receptor do esgoto municipal de São Simão Goiás pós-tratamento.

Avaliação do impacto do esgoto sobre a qualidade da água do corpo receptor;

Relatório Técnico: Poluição por matéria orgânica (consumo de oxigênio dissolvido);

Memorial de cálculo do modelamento matemático adotado;

3.5 – Estudo da ecotoxicidade

Avaliação da ecotoxicidade no ambiente aquático;

Identificação de alternativas para reduzir os impactos ambientais;

4 – ITENS A SEREM FORNECIDOS PELA SUMMA

4.1 – Projetos da Estação de Tratamento de Efluentes – ETE

Será de responsabilidade da SUMMA apresentar os projetos e/ou cadastramento técnico dos sistemas implantados na ETE em questão.

4.2 – Caracterização do esgoto municipal e tratamento na ETE

Será de responsabilidade da SUMMA apresentar os resultados laboratoriais existentes, assim como um histórico de monitoramento do Rio Paranaíba e o descritivo sobre o processo de tratamento.

5 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

5.1 – Etapa 01 – Concepção dos Estudos Técnicos

- Revisão de dados secundários;
- Elaboração do escopo de monitoramento;
- Prazo de 05 dias

5.2 – Etapa 02 – Amostragens e Relatórios com as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs

- Execução das campanhas de monitoramento;
- Emissão dos laudos laboratoriais;



- Elaboração de relatórios técnicos;
- Prazo de 35 dias

5.3 – Etapa 03 – Conclusão dos Estudos Técnicos com as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs

- Apresentação do estudo de autodepuração do Rio Paranaíba;
- Apresentação do estudo de ecotoxicidade do Rio Paranaíba;
- Prazo de 20 dias

6- Formas de Pagamento

Os pagamentos dos serviços serão realizados em três etapas, conforme descrito no cronograma de execução. Sendo a distribuição dos valores pagos apresentado nas porcentagens abaixo.

30% do contrato pago na etapa 01.

30% do contrato pago na etapa 02.

40% do contrato paga na etapa 03.

7- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deverá cumprir disposições regulamentares concernentes a execução dos serviços e responderá cível, criminal e administrativamente por todos os danos e prejuízos causados à *Contratante*, aos usuários ou a terceiros.

A contratada deverá ser registrada no CREA, – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CRQ - Conselho Regional de Química, Crbio - Concelho Regional de Biologia através de técnicos devidamente qualificados e que faça parte de seu quadro de funcionários ou societários.

São Simão, 28 de Maio de 2015.

Pahblo Jhonnata Costa Dias
Superintendente de Meio Ambiente



CONVITE 05/2015
Processo Administrativo Nº 4999/2015

ANEXO II
CARTA DE CREDENCIAMENTO
(em papel timbrado da empresa)

Local, de de 2015.

À Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de São Simão/GO

Ref.: Edital do Convite Nº 0005/2015.

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, portador da cédula de identidade RG nº °....., emitida por (ou equivalente para estrangeiro), na qualidade de responsável legal pela proponente, vem, pela presente, informar a V^{as} que o senhor, portador da cédula de identidade RG nº....., emitida por , é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e propostas de preços, bem como assinar atas e demais documentos a que se referir à licitação em epígrafe.

Atenciosamente,

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)
(cédula de identidade, número e órgão emissor)



CONVITE 05/2015
Processo Administrativo Nº 4999/2015

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

[Nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.), endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx] e inscrição Estadual nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxx], inscrita no CPF sob o nº [xxxx], **DECLARA**, para fins de participação do **CONVITE 05/2015**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do Representante Legal



CONVITE 05/2015
Processo Administrativo Nº 4999/2015

ANEXO IV
(modelo)

DECLARAÇÃO

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, com endereço comercial na Rua _____, neste ato representada pelo seu _____, Sr. _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador da CIC nº _____, **DECLARA** para fins de participação na presente licitação que não ter recebido do Município de São Simão ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta em âmbito Federal, Estadual e Municipal, **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a Administração Pública, assim como não ter recebido **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal, **DECLARA** ainda que tomou conhecimento de todas as informações e condições para a prestação dos serviços objeto do **CONVITE 05/2015**.

Cidade-UF, aos ____ dias do mês de _____ 2015.

RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do Representante Legal



CONVITE 05/2015
Processo Administrativo Nº4999/2015
ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Nome:
Endereço:
Contato:
Nº. do CNPJ:
Representante Legal:
Nº. do RG/CPF:

À
Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Simão
Praça Cívica, nº 001, Centro, São Simão- GO.

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta referente à Contratação de empresa para elaboração do estudo de Vazão e Autodepuração do Rio Paranaíba e ecotoxicidade no ambiente impactado próximo a estação de tratamento de esgoto do município, conforme apresentado pelo Edital Convocatório.

Declaramos que examinamos, conhecemos e submeto-nos às condições contidas na CONVITE 05/2015, retro mencionado, bem como verificamos todas as especificações nele exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dela fazem parte.

Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do seu objeto, em especial, com relação à todas as despesas com transporte (fretes), encargos sociais, tributos, despesas indiretas, mão-de-obra e outras incidências, se ocorrerem.

Valor Total da Proposta: R\$ _____ (_____)

Condições de Pagamento: Conforme Cronograma Físico Financeiro.

O prazo de execução dos serviços: o prazo estimado para execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias, a contar da emissão da Ordem de Serviço.

Em anexo a esta, seguem planilhas de preços.

_____ dias do mês de _____ de 2015.

RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do Representante Legal



CONVITE 05/2015
Processo Administrativo N°4999/2015

ANEXO VI
(modelo)

**DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO ART. 27, INC. V
DA LEI N° 8.666/93 E ART. 7º, INC. XXXIII DA CF.**

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº._____, com endereço comercial na Rua _____, neste ato representada pelo seu _____, Sr. _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador da CIC nº _____, **DECLARA** para fins do disposto no inciso V, do Art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, e para fins de participação do CONVITE 05/2015, que **não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.**

- **Ressalva:** emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Por ser verdade firmamos o presente nesta data

Cidade-UF, ____ de ____ de _____ de 2015.

RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do Representante Legal



CONVITE 05/2015
Processo Administrativo Nº4999/2015

ANEXO VII
(modelo)

MINUTA CONTRATUAL

Contrato celebrado entre o
Município de São Simão/GO e a
Empresa

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SÃO SIMÃO, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Praça Cívica, nº 01, centro, São Simão-GO, inscrita no CNPJ nº 02.056.778/0001-48, neste ato representado pelo Sr. **MÁRCIO BARBOSA VASCONCELOS**, brasileiro, solteiro, Médico, inscrito no CPF nº 957.079.801-72 e no RG nº MG-11.955.454, residente e domiciliado na Avenida Goiás, Quadra 06, Lote 26, Setor Central, São Simão/GO,

CONTRATADA:, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº, com sede na, neste ato representada pelo Sr., empresário, portador do CPF nºe do RG nº, residente e domiciliado na, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

1.1 O presente Contrato decorre de adjudicação do **CONVITE 05/2015**, na forma da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e ato de ratificação do Senhor Prefeito Municipal de São Simão/GO, conforme **Termo de Homologação datado de ___/___/2015**, constante no **Processo Administrativo sob o nº 4999/2015**, do qual passa a fazer parte integrante este Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O presente Instrumento tem como objeto a Contratação de empresa para elaboração do estudo de Vazão e Autodepuração do Rio Paranaíba e ecotoxicidade no ambiente impactado próximo a estação de tratamento de esgoto do município, em conformidade com as especificações contidas no Processo Administrativo nº 4999/2015, no Edital do Convite nº 05/2015 e seus Anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras responsabilidades definidas no Edital, a Contratada obriga-se a:



- 3.1.** Executar o objeto do Contrato, de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Termo de Referência, no termo Contratual e na proposta de preços apresentada;
- 3.2.** Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
- 3.3.** Utilizar profissionais devidamente habilitados, substituindo-os nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não haja prejuízos ao bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- 3.4.** Facilitar a ação da fiscalização na inspeção dos serviços, prestando, prontamente os esclarecimentos que foram solicitados pelo (a) CONTRATANTE.
- 3.5.** Responder, perante as Leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que ao(à) CONTRATADO(A) não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito do(a) CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato;
- 3.6.** Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo (a) CONTRATANTE;
- 3.7.** Arcar com eventuais prejuízos causados ao (à) CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual, inclusive, respondendo pecuniariamente;
- 3.8.** Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive, as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho e etc., ficando excluída qualquer solidariedade da Contratante, por eventuais alterações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência do (a) CONTRATADO(A), com referência às suas obrigações, não se transfere ao Município de São Simão/GO.
- 3.9.** Disponibilizar a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;
- 3.10** A(O) CONTRATADO(A) deverá entregar uma cópia de cada relatório de acompanhamento para arquivo e assinaturas por parte do responsável pelo órgão requisitante e uma a ser assinada e devolvida ao (a)CONTRATADO(A) com as devidas assinaturas.



CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 O objeto desta licitação deverá ser realizado no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço, conforme cronograma abaixo:

Etapa 01 – Concepção dos Estudos Técnicos

- Revisão de dados secundários;
- Elaboração do escopo de monitoramento;
- Prazo de 05 dias

Etapa 02 – Amostragens e Relatórios com as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs

- Execução das campanhas de monitoramento;
- Emissão dos laudos laboratoriais;
- Elaboração de relatórios técnicos;
- Prazo de 35 dias

Etapa 03 – Conclusão dos Estudos Técnicos com as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs

- Apresentação do estudo de autodepuração do Rio Paranaíba;
- Apresentação do estudo de ecotoxicidade do Rio Paranaíba;
- Prazo de 20 dias

4.2 A Secretaria de Meio Ambiente terá 05 dias úteis, para análise de cada etapa, a contar da apresentação dos relatórios pela CONTRATADA.

4.3 O prazo de vigência do presente Contrato será de 90 dias, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União e no Jornal “O Hoje”, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ (_____).

5.2 Fica expressamente estabelecido que o preço contratado incluem os custos diretos e indiretos para a completa prestação dos serviços ora licitados.



5.3 Os serviços objeto deste Contrato, serão pagos pelos preços constantes da Proposta de Preços aprovada pelo órgão competente atendidas as disposições técnicas e legais referentes ao objeto deste instrumento, no prazo de até 30 (trinta) dias, **após a entrega de cada relatório.**

5.3.1 O Cronograma do pagamento atenderá a entrega de cada uma das etapas, na seguinte proporção:

30% do contrato pago na etapa 01.

30% do contrato pago na etapa 02.

40% do contrato paga na etapa 03.

5.4 O prazo de pagamento referido no item anterior, ficará suspenso na ocorrência de erros ou qualquer outra irregularidade nas faturas apresentadas, somente voltando a fluir após efetuadas as devidas correções.

5.5 – Para fins de pagamento será solicitada à apresentação das certidões negativas de débito relativas ao FGTS, trabalhista, Municipal, Estadual e Federal.

5.6 – Os pagamentos ficarão condicionados às retenções estipuladas na legislação previdenciária.

5.7 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

CLAUSULA SEXTA – DA DOTACÃO E DOS RECURSOS

6.1 A despesa decorrente da contratação objeto deste CONTRATO, correrá à conta dos recursos específicos consignados na seguinte dotação orçamentária:

01.11.18.122.1828.2.0032 - Manutenção da Superintendência de Meio Ambiente –
3.3.90.39 – outros serviços pessoa jurídica – Fonte:100 / Ficha: 316

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, a CONTRATANTE poderá sujeitar a CONTRATADORA as penalidades seguintes:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de São Simão/GO, pelo prazo que for fixado pelo Prefeito Municipal, em função da natureza e da gravidade da falta cometida;



- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido pelo Prefeito Municipal, mediante publicação no Diário Oficial da União.

7.2 A CONTRATADA fica sujeita a multas de até 10% (dez por cento) do valor adjudicado, caso o serviço não for entregue dentro do prazo fixado, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.2.1 A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo com ampla defesa.

7.3 As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

7.4 A CONTRATADA será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, mas sempre atendida a conveniência administrativa.

8.2 A critério da CONTRATANTE, caberá a Rescisão do Contrato, independentemente de interpelação judicial, mas sempre com instauração de Processo Administrativo com ampla defesa, quando ocorrer falência da CONTRATADA ou ainda quando esta:

I – não cumprir quaisquer de suas obrigações contratuais;

II – transferir, a terceiros, ainda que em parte, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DOS TRIBUTOS

9.1. É da inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus tributários, comerciais, encargos sociais e trabalhistas decorrentes deste Contrato.

9.2 A CONTRATANTE, quanto fonte retentora, descontará dos pagamentos a efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela Legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas, nos prazos legais.



CLÁUSULA DÉCIMA – DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES

10.1 Fica expressamente estabelecido que o preço apresentados pela CONTRATADA incluem os custos diretos e indiretos para a completa prestação dos serviços ora licitados.

10.2 O(A) CONTRADA(A) responsabilizar-se por todas as despesas e prejuízos que causar aos Contratantes, em razão de demora ou negligência na prestação dos serviços;

10.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários à execução do serviço, até o limite legal, sempre precedido de justificativa e formalizado através de termo de aditamento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 ACONTRATANTE ficará obrigada a:

a) Destacar um servidor do que esteja apto para dar o apoio **CONTRATADO** durante a realização dos serviços;

b) Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor deste contrato, dede que cumpridas todas as obrigações do Contratado;

c) Fornecer documentos e informações que forem requisitadas pelos responsáveis técnicos do **CONTRATADO** e que forem pertinentes aos serviços, com vistas a enriquecer o mesmo.

d) A CONTRATANTE, quanto fonte retentora, descontará dos pagamentos a efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela Legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas, nos prazos legais.

e) Fiscalizar a execução dos serviços, através de Servidor designado especificamente para o objeto deste, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência a Administração.

g) O Fiscal da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

h) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

i) O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PROIBIÇÃO

12.1 Fica expressamente vedada a vinculação, a subcontratação e o comprometimento ou alienação deste Contrato em operações de qualquer natureza, sem exclusão de uma só delas, que a CONTRATADA tenha ou venha a assumir, de modo a não prejudicar a realização do Objeto Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, elegem as partes como foro, a Comarca de São Simão/GO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Rege-se o presente Contrato, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores, CONVITE 05/2015 e Processo Administrativo nº. 4999/2015.

13.3 E, por estarem de acordo, assinam este Contrato os representantes das partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

São Simão/GO, aos ____ dias do mês de _____ de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO
MÁRCIO BARBOSA VASCONCELOS
Contratante

Testemunhas:

1 _____ CPF _____

2 _____ CPF _____



CARTA CONVITE N.º 005/2015
Processo Administrativo n.º 4999/2015

PROTOCOLO DE ENTREGA DE CONVITE

Declaro(amos) para os devidos fins, que recebi(emos) nesta data, do representante da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal, o convite e seus respectivos anexos da Licitação Pública a ser realizada na modalidade CONVITE N.º 005/2015, Tipo Menor Valor Global, cujo objeto é a Contratação de empresa para elaboração do estudo de Vazão e Autodepuração do Rio Paranaíba e ecotoxicidade no ambiente impactado próximo a estação de tratamento de esgoto do município, de acordo com as condições e especificações do Termo de Referência – Anexo I deste Convite e demais Anexos.

Por ser verdade, firmamos o presente para que surta seus legais efeitos.
_____, ____ de _____ de 2015.

(assinatura do representante e carimbo do CNPJ da empresa)

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO*

*dispensados somente os dados que já constarem no carimbo

NOME DO (A) LICITANTE (por extenso):

CNPJ/CPF:

ENDEREÇO:

E-MAIL
